

Artigo aprovado em 09 de junho de 2024

A Presença Indígena no Curso de Secretariado Executivo Bilíngue da UFPB

The presence of indigenous people in the Bilingual Executive Secretarial Course at UFPB

Laura Helena Silva Moreira¹, Juliene Paiva de Araújo Osias²,
Ruth Marcela Bown Cuello³,
Alberto Santos Arruda⁴

Estudante¹, UFPB, laura.moreira2@academico.ufpb.br
Orientadora², UFPB, Doutorado em Linguística, julieneosias@gmail.com
Examinador³, UFPB, Doutorado em Psicologia, prof.alberto.arruda@gmail.com
Examinadora⁴, UFPB, Mestrado em Psicologia Cognitiva, ruth.marcela@academico.ufpb.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo comentar acerca da existência indígena no curso de Secretariado Executivo Bilíngue, marcada por se tratar de um grande quantitativo de discentes matriculados no curso, uma vez que essa predominância irá refletir de forma direta em diversas atuações secretariais dentro e fora das aldeias desses discentes. Sendo assim, o intuito deste estudo é saber a opinião dos alunos indígenas sobre o curso de Secretariado Executivo Bilíngue¹, apontando desde o ambiente ao qual fazem parte na instituição, até as avaliações individuais sobre a sua preparação acadêmica. Os resultados foram obtidos através de uma pesquisa quantitativa sendo um levantamento de estudo de campo descritiva. Realizada com os discentes indígenas matriculados de diferentes períodos, utilizando um formulário de forma remota e posteriormente aplicado em sala de aula, analisando respostas individuais de cada participante, de modo que se fazem presentes opiniões diferentes acerca das perguntas realizadas. Os resultados demonstram que é sempre possível fazer melhorias, mas que o curso de Secretariado tem tido uma boa avaliação por muitos discentes indígenas desse curso, mesmo por aqueles que não almejam trabalhar nas aldeias.

Palavras-chave: Secretariado Executivo. Presença Indígena. Comunidade Indígena.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the existence of indigenous people on the Bilingual Executive Secretarial course, given that there are a large number of students enrolled on the course, since this predominance will have a direct impact on their various secretarial activities in and outside

¹ Ao longo deste estudo, adotar-se-á o tratamento no masculino ao profissional de Secretariado Executivo, no intuito tão somente de referir-se a ele de um modo geral, não havendo, portanto, qualquer intenção quanto ao gênero – nem de exclusão ao gênero feminino nem de favorecimento ao gênero masculino. Trata-se, pura e simplesmente, de uma convenção adotada para o presente texto.

their villages. Therefore, the aim of this study is to find out what indigenous students think about the Bilingual Executive Secretarial course, from the environment they are part of at the institution to their individual assessments of their academic preparation. The results were obtained through a quantitative, descriptive field study survey. This approach was carried out with indigenous students enrolled in different periods, using a form remotely and then applied in the classroom, analyzing individual responses from each participant, so that different opinions are present about the questions asked. The results show that there is always room for improvement, but that the secretarial course has been highly rated by many indigenous students, even those who do not wish to work in the villages.

Keywords: Executive Secretariat. Indigenous Presence. Indigenous Community.

1 INTRODUÇÃO

Embora a educação seja um direito para todos, assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é possível ver a dificuldade enfrentada pelos povos originários, quando compreendemos que, “neste debate a produção intelectual tem enfatizado o acesso dos negros e afro-descendentes. Já aos povos indígenas há menos visibilidade e mais preconceito” (Garlet, Guimarães, Bellini, 2010, p. 4).

Essa disparidade quanto ao acesso à educação de diferentes grupos étnicos demonstra a necessidade de reconhecer e abordar as desigualdades e os preconceitos afincados historicamente. Embora esse argumento comparativo de Garlet *et al.* (2010) seja um tanto quanto problemático, uma vez que a população indígena tem dobrado, indo para 0,83%, de acordo com o IBGE, existem menos indígenas e negros quando comparados às pessoas brancas, graças às ocorrências de genocídios e à exclusão enfrentada por eles, o que, conseqüentemente, gera essa desigualdade. No entanto, focaremos nas dificuldades enfrentadas apenas pelos povos originários no acesso à educação desde a juventude e que incluem a falta de escolas que sejam próximas de suas comunidades, a carência de recursos educacionais relevantes para a sua cultura e o preconceito sistêmico² que leva a dificultar a inserção e o êxito desses povos dentro de um ambiente acadêmico.

Os povos originários, durante muito tempo, foram marginalizados, impedidos de frequentar ambientes e de ter alguma perspectiva de vida, uma vez que não havia oportunidades para que isso fosse realizado. No entanto, foi dado um passo primordial, um passo que mudaria a vida de milhares de indígenas que sonhavam com a hipótese de, um dia, levar a sua cultura

² O preconceito generalizado com base na cor ou etnicidade das pessoas que as impede, recorrentemente, de ascender na sociedade somente devido às suas características inatas.

para além de suas comunidades, e isso só foi possível em 1999, quando foi apresentada, ao conselho de ensino e pesquisa, a primeira proposta de cotas que surgiu para os negros terem o direito de estudar nas universidades, o que deu o impulso fundamental para que, em 2012, a Lei de Cotas fosse aprovada, trazendo a inclusão de mais um povo excluído para o meio acadêmico, que são os povos originários, que, de acordo com Bergamaschi, Doebber e Brito, (2018, p. 4), favoreceu em torno de 8 mil indígenas no ensino superior.

Sobretudo, analisando as lutas e as conquistas desses povos, poderemos compreender melhor a importância deles no curso de Secretariado Executivo Bilíngue do Campus IV, uma vez que é notória a forte presença destes no ambiente acadêmico em questão, investigando não apenas a existência desses discentes, mas também a entrada e a permanência dos mesmos em uma instituição pública que não faz parte de um território indígena, que é o *campus* da cidade de Mamanguape, uma vez que:

Os(as) Potiguara da Paraíba estão localizados no Litoral Norte Paraibano, nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, e se dividem em 33 aldeias. Possuem, aproximadamente, 35.000 hectares de terra e somam hoje aproximadamente 21.000 indígenas (Barcellos, Soller, 2012, p. 46).

Sem dúvidas, as ações inclusivas às universidades, como as cotas, são de extrema importância para que haja oportunidades, pois, “Enquanto indivíduo, as cotas são vantajosas, pois os que sobreviveram ao processo educacional e usufruem de uma cota, nunca teriam tido esta oportunidade de outra forma” (Garlet, Guimarães, Bellini, 2010, p. 9). De tal maneira, as cotas são um recurso que oferece oportunidades equitativas e que garantem que o acesso à educação superior não seja limitado por fatores sociais, econômicos e étnicos. Essas políticas buscam não apenas promover a diversidade dentro dos *campi*, mas também corrigir desigualdades que excluíram determinados grupos de terem acesso à universidade.

Porém, após a inclusão no meio acadêmico, é necessário o fortalecimento na universidade, e, para isso, analisamos que:

Uma proposta viável seria disponibilizar bolsas de pesquisas que mantenham os alunos indígenas em conexão permanente com sua comunidade durante os estudos, além de ações pedagógicas que reduzem práticas de discriminação, racismo e humilhação de que eles são constantemente vítimas nas universidades (Baniwa, 2006, p. 20).

Será que os discentes indígenas finalmente conseguiram se encaixar, ou melhor, se adaptar no ambiente acadêmico diante de tanta falta de oportunidade de posicionamento, ou ainda se sentem menos favorecidos?

Embora o foco seja a inclusão, muitos cotistas e bolsistas são inferiorizados. Existem comparações que os menosprezam, pelo fato de possuírem tais “benefícios”, uma vez que muitos acreditam na incapacidade de um indígena adentrar no ambiente acadêmico por meio das atribuições disponíveis para tais, o que intriga, pois “Tais estudos apontam que o desempenho médio do aluno cotista não é significativamente inferior ao do aluno não-cotista” (Cardoso, 2008 *apud* Guarnieri, Melo-Silva, 2016). E, para averiguar como tem sido a presença indígena no curso citado anteriormente, reafirmando a importância da visibilidade desses discentes, uma vez que eles estão presentes em muitos núcleos do *campus*, focaremos no curso de Secretariado, apresentando dificuldades, representatividades e fatos sobre os alunos que escolheram, concluíram ou que estão prestes a concluí-lo.

Investigando o contexto da pesquisa em questão, para dar início ao ponto de partida deste trabalho, com o intuito de explorar como a diversidade cultural afeta a educação e as experiências vivenciadas pelos discentes indígenas, indagamos o que estes estudantes absorvem positivamente do curso do qual fazem parte.

Sabendo que todos os discentes presentes no *campus* têm entrado por mérito próprio, é importante dar uma maior atenção para esses povos originários dentro do curso de Secretariado Executivo Bilíngue, uma vez que estes pretendem conseguir um ambiente de trabalho sendo dentro ou fora da sua aldeia, levando o conhecimento obtido no curso para tal comunidade. Sendo assim, será que a troca compartilhada entre discentes e docentes têm surtido efeito de uma forma positiva, para que, independente do lugar em que esses indivíduos estejam, seja possível utilizar o que foi aprendido no curso com representatividade cultural?

Essa questão envolve os desafios e as contribuições que esses discentes indígenas têm trazido para dentro da universidade, estando diante de outros discentes que não conhecem os valores, as crenças e a cultura desse povo, analisando como o curso de Secretariado Executivo Bilíngue tem dado um suporte para uma melhor compreensão, respeito e inclusão no meio acadêmico entre indígenas e não indígenas, existindo não apenas a convivência harmoniosa, mas principalmente o enriquecimento mútuo entre a cultura dos povos indígenas.

Como o curso de Secretariado Executivo Bilíngue do Campus IV da cidade de Mamanguape, na Paraíba, tem influenciado a presença indígena no ambiente acadêmico e na sua formação?

1.1 OBJETIVOS

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso consiste em averiguar não apenas a inclusão, mas, especificamente, a participação da comunidade indígena no âmbito do curso de Secretariado Executivo Bilíngue, com ênfase nos futuros impactos profissionais gerados por meio da diversidade cultural dentro deste contexto acadêmico.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Analisar a contribuição do curso de secretariado nas comunidades indígenas (aldeias) desses discentes que irão atuar na área secretarial
- Analisar como o curso de secretariado tem impactado na empregabilidade para aqueles discentes que não desejam trabalhar em sua aldeia.
- Averiguar quantos discentes indígenas dentro da Universidade Federal da Paraíba do *campus* IV, no curso de Secretariado Executivo Bilíngue se sentem aptos para iniciar sua carreira profissional preservando a sua cultura dentro ou fora de uma comunidade indígena, cumprindo corretamente as funções de um(a) secretário(a).

Quando analisado, pode-se encontrar e compreender as dificuldades enfrentadas pelos discentes indígenas ao adentrarem no meio acadêmico, e essa dificuldade cresce quando o ambiente não fornece meios de uma boa adaptação para eles, o que, de um certo modo, gera uma desvantagem quando comparado aos demais grupos formados na universidade. Se um discente se identifica com o seu curso e ainda encontra nele a representatividade necessária para um entusiasmo ainda maior na formação, é de extrema importância que os meios de comunicação entre discentes e docentes seja maior, com o intuito de uma boa interação, respeito e adequação ao ambiente que está sendo frequentado por esses discentes indígenas, para que haja uma compreensão maior sobre a representatividade, igualdade e estratégias direcionadas ao curso.

O curso de Secretariado Executivo carrega uma vasta lista de ensinamentos, e, dentre eles, vemos a ética, a necessidade de uma boa comunicação e a eficácia. E isso não só pode como deve ser executado por meio da proatividade exercida pelos discentes indígenas, mediante a valorização da cultura no curso de Secretariado Executivo Bilíngue.

Sendo assim, contendo aspectos essenciais para a contribuição nas melhorias que ainda podem ser abordadas dentro do curso, uma vez que ele tem evoluído cada vez mais e que, ao

trazer a interpretação de uma discente que vivencia o curso, trará bons resultados para o curso, reafirmando a conscientização a respeito da cultura indígena que foi, de uma certa forma, inserida no curso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inserção dos povos indígenas no ambiente acadêmico

Quando criança, um jovem indígena residente de uma comunidade inicia o seu processo educacional, investindo numa forma diferente de aprendizado, que vai além das disciplinas ofertadas nas escolas Estaduais e Municipais tradicionais, incrementando disciplinas, como Etno-história, que conta as histórias dos povos indígenas, na perspectiva deles mesmos, além do tupi, que é o idioma originário da comunidade dos povos potiguara, etnia que marca forte presença nas localidades citadas neste trabalho:

Tanto do ponto de vista da legislação como das práticas educativas, o cenário escolar tem se modificado, com ampliação do número de escolas em terras indígenas e com professores pertencentes às comunidades a que essas escolas se destinam, estabelecendo propostas curriculares diferenciadas, que contemplam saberes e conhecimentos próprios e materiais didáticos específicos, muitos deles nas línguas originárias ou bilíngues (Bergamaschi, Doebber, Brito, 2018, p. 2).

Com isso, vem sendo investido cada vez mais como uma forma de encontro e reencontro com a cultura perdida, uma vez que muitos não sabem falar essa língua. Essa forma de ensino é um direito constitucional presente no decreto de nº 26 de fevereiro de 1991, que diz:

Art. 1º Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Art. 2º As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas secretarias de educação dos estados e municípios em consonância com as secretarias nacionais de educação do Ministério da Educação (Brasil, 1991, s/p).

Quando esses povos são inseridos em um ambiente acadêmico, a reação é diferente quando comparados com a reação dos outros indivíduos que não são originários, pois a sua forma de adaptação é mais lenta, uma vez que o convívio com a sua cultura se distancia. Um ponto importante já se inicia no processo seletivo para que seja possível a entrada em uma instituição, pois uma boa parte desses jovens indígenas utilizam do seu direito das cotas para fazer parte desse meio acadêmico, e é justamente nesse momento em que o conflito surge de uma forma mais alarmante, quando fica perceptível a forma de educação de ambos os grupos,

os indígenas e os não indígenas, pois existe uma diferenciação na cultura, costumes e crenças entre eles.

O aumento significativo de escolas e de alunos aponta um crescente e acelerado processo de escolarização em terras indígenas, que sugere também a universidade como um direito, fomentando a exigência política de que se abram as portas para esse setor da sociedade brasileira até então praticamente ausente dos espaços acadêmicos (Bergamaschi, Doebber, Brito, 2018, p. 3).

Embora todos ali presentes tenham o mesmo propósito quanto ao curso, existe uma pequena diferença na realização deste, almejada por muitos discentes indígenas presentes nas instituições, enriquecendo a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a comunidade indígena, que é perceptível quando lemos relatos de discentes indígenas que sentem a necessidade de retribuir de alguma forma para a aldeia, como uma forma de gratidão pelo apoio que tiveram. Podemos compreender melhor quando lemos:

E sempre carregava comigo o sonho de ter uma escola. Do jeito que a gente pensa e idealiza a construção do saber no meio do povo mais simples e, principalmente, nos povos indígenas, que é as minhas raízes enquanto etnia. Sou descendente de povo índio e tem uma misturinha de negro no meio também (Gomes, 2020 apud Pereira; Sousa; Fialho, 2021, p.12).

Ou seja, embora esse discente tenha se afastado da sua comunidade para ir ao encontro de uma nova experiência, a sua motivação intrínseca é utilizar o conhecimento adquirido em prol de seu povo, e isso deve ser abraçado pelo curso escolhido por esse discente, para que haja um encontro contínuo com os valores desse indivíduo. Ao adquirir conhecimentos e experiências em um ambiente acadêmico de ensino superior, o discente se torna mais preparado para enfrentar os desafios e problemas que afetam a sua comunidade de origem. O discente deve apresentar uma visão de futuro coletiva, visando ao desenvolvimento e à melhoria de qualidade de vida para os que fazem parte do seu âmbito cultural e social. De tal maneira, o desejo desse indivíduo de ter propósitos claros a serem alcançados dentro de sua comunidade, com base em sua educação superior, mostra um compromisso importante com a mudança positiva e o desenvolvimento de um futuro melhor para todos os envolvidos. Nesta perspectiva, é possível ver como a educação pode ser uma ferramenta para o empoderamento e o progresso das comunidades.

Quanto às questões sobre as cotas, um fato interessante é que:

Sabemos que a criação e a implantação da política de cotas nas universidades brasileiras tiveram diferentes critérios, como: os socioeconômicos, destinados aos alunos oriundos de escolas públicas; étnico-raciais, para indígenas e negros; e simultaneamente os socioeconômicos e étnico-raciais. Nesse sentido, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição estadual a determinar cotas universitárias para o ingresso diferenciado de negros e pardos. Trilhando pelo

mesmo caminho seguiu a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), as estaduais do Paraná e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) (Athayde, Brand, 2012, p. 1).

Se houve um interesse e uma adaptação para que as melhorias em uma universidade fossem visivelmente presenciadas por todos, mesmo sendo há alguns anos, também é possível que essas melhorias sejam feitas nos dias atuais, para que o desejo por um ambiente acadêmico melhor não fique apenas nos pensamentos, mas principalmente nas ações, pois, se isso já foi possível anteriormente, também é possível ser realizada nos dias atuais. Podemos compreender melhor essas possíveis melhorias quando lemos:

O Interesse demonstrado por alguns funcionários, professores e gestores em conhecer e aprender sobre os indígenas e suas culturas; Forma de tratamento mais humana despendida aos negros e indígenas nos setores da UEMS; Preocupação de alguns gestores e setores específicos em atender os cotistas em suas dificuldades principalmente as de permanência; Realização de eventos específicos, embora tímidos, na questão étnico-racial, mas com constatada ausência dos docentes; Inserção de tópicos referentes a questão étnico-racial no currículo de alguns cursos; Participação dos cotistas negros e indígenas em eventos com publicação de trabalhos (Codeiro, 2008, p. 158, apud Athayde; Brand, 2012, p. 9).

Com o exemplo da UEMS, fica evidenciado que, quando se tem o desejo de trazer mudanças positivas para um ambiente, é possível desenvolver atividades que contribuam para tal, mesmo que seja algo simples, qualquer tipo de mudança é significativa, o que proporciona melhores experiências para aqueles que contemplam boas ações.

2.2 Inserção dos povos indígenas no curso de Secretariado Executivo Bilíngue

Analisando o curso de Secretariado Executivo Bilíngue, é possível encontrarmos a concordância do texto anterior de Cordeiro *et al.* (2008) que se refere à importância do investimento em melhorias, com o intuito de colaborar positivamente, por meio de estratégias que beneficiem aqueles que se sentem “invisíveis”, proporcionando uma boa experiência. Sendo assim, essas atitudes são bem-vindas quando lemos:

Assim, o conhecimento contemporâneo tem por objetivo romper com o racionalismo instrumental e possibilitar o diálogo com variadas possibilidades do conhecimento (corporeidade, espiritualidade, subjetividade), buscando entender a pluralidade gnosiológica contida em cada prática humana (Nonato Júnior, 2009, p. 9).

Quando entendemos esse rompimento, encontramos algumas vertentes no curso de Secretariado Executivo Bilíngue do Campus IV, composto por discentes indígenas desde 2006, pois, se analisarmos, não são documentadas as visões, experiências e dificuldades da/o

primeira/o graduada/o no curso, o que nos leva a crer que a sua condição de indígena não foi investida enquanto aluna/o, levantando o questionamento se essa/e discente, ao concluir o curso, conseguiu investir o seu conhecimento adquirido para com a sua comunidade, através de instruções por parte da instituição, invalidando a sua contribuição para com os discentes indígenas que vieram após ela/e. Primeiro, vimos a teoria de uma perspectiva que nos mostra uma forma mais simples:

“Teorias são, antes de tudo, estruturação do pensamento. São caminhos, elaborações de linhas intelectuais a serem seguidas para que se possa ver mais claramente alguma realidade, seja de natureza operacional ou filosófica.” (Nonato Júnior, 2009, p. 12).

Comprovando que a prática veio quando se prosseguiu com essa linha de raciocínio, comparado com um período mais recente de uma indígena formada no curso, é possível se deparar com uma mudança, pois:

Sempre quisemos fazer o curso de Letras Inglês, mas só era ofertado no Campus I, na cidade de João Pessoa, capital do estado, então optamos por secretariado, mas me questionava de que forma poderia contribuir com meu povo, porque temos o compromisso de contribuir com as nossas aldeias, de dar retorno. Enquanto professor é mais fácil, contribuindo com a formação de outros parentes, mas enquanto secretária executiva o que eu poderia fazer pelo meu povo? Carregamos esta pergunta durante o primeiro e o segundo períodos do curso e só depois conseguimos encontrar a resposta que procurava, ao perceber que no curso de secretariado a área que mais me chamava a atenção era a assessoria aos movimentos sociais, na qual encontramos a abertura para contribuir com o meu povo, aplicando conhecimentos adquiridos durante a graduação, organizando eventos culturais, assembleias universitárias, assembleias do povo Potiguara entre outros eventos, dentro e fora do nosso território. (Félix, 2018 p, 21).

Desta forma, é notório o desdobramento evolutivo do curso diante desses discentes indígenas, contribuindo não apenas para a sua formação, mas também com o seu encontro com os pilares do secretariado, que são: gestão, assessoria, consultoria e empreendedorismo, analisando qual melhor se adequa a sua comunidade.

2.2.1 Bolsa Permanência

De acordo com a PRAPE, no dia 17 de outubro de 2023, após a pesquisadora fazer uma solicitação, foi informado que, na Universidade da cidade de Mamanguape, existe o quantitativo de 82 discentes indígenas que recebem a bolsa permanência, e, na cidade de Rio Tinto, são 116, resultando em 198 discentes indígenas contemplados. Esse auxílio permite aos discentes indígenas a permanência no ambiente acadêmico, uma vez que, para receber esse valor, é necessário que a renda familiar do indivíduo não ultrapasse a renda familiar de um salário-mínimo e meio.

Além de viabilizar a permanência desses estudantes no ensino superior, um segundo ponto importante é que o objetivo da bolsa permanência está centrado em promover a democratização do acesso ao ensino superior, e, de fato, tem surtido efeito, pois os discentes conseguem se dedicar mais aos estudos, uma vez que muitos jovens indígenas não precisam conciliar o curso com o trabalho, o que, conseqüentemente, motiva esses discentes que moram em aldeias distantes da universidade.

Os trabalhos indicam a existência dessas ações em algumas das universidades, porém com muitas fragilidades e insuficiências considerando a necessidade específica dos estudantes indígenas. Nesse sentido, Pereira (2011, p. 9) verifica a inexistência de uma “política planejada de acesso e permanência dos indígenas na instituição, que conduza a um bom desempenho acadêmico e, conseqüentemente, à formação com qualidade” e aponta alguns fatores que facilitariam a permanência material dos estudantes: “construção de restaurante e residência universitária em todos os campi, recursos para a locomoção do estudante indígena da aldeia à universidade, entre outros (Pereira, 2009, p. 9, apud Bergamaschi, Doebber, Brito, 2018. P. 44).

Felizmente, nos dias atuais, essa demanda foi atendida. Todavia, é necessário que o CRA desses discentes não seja inferior a 5, e não pode haver reprovações em nenhuma disciplina, uma vez que eles têm uma contribuição para o foco nos estudos.

É uma política pública voltada a concessão de auxílio financeiro aos estudantes, sobretudo, aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados (Brasil, 2018).

A citação anterior do Brasil, nos comprova a forte presença indígena no ambiente acadêmico, uma vez que se tem sido realizadas políticas públicas voltadas para melhorias. Após fazer uma solicitação pedindo o quantitativo dos discentes indígenas do curso de secretariado, à Assistência Estudantil no dia 23 de agosto de 2023, ao Centro acadêmico do dia no dia 11 de setembro de 2023 e à Pró-Reitoria de Graduação, todos informaram que não tinham essa informação. Sendo assim, recorri ao FALA.BR, que é uma plataforma do Governo Federal, no dia 03 de outubro de 2023, através de uma solicitação, com o intuito de saber ao menos o quantitativo dos discentes indígenas matriculados no CCAE. E, após uma longa espera, no dia 20 de outubro de 2023, obteve-se a informação de que o total é de 309 aluno(as). É importante destacar que o uso do FALA.BR utilizado para a pesquisa está assegurado pelo uso da Lei de Acesso (LAI) que é:

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que tem como objetivo primordial garantir o direito fundamental de acesso à informações de interesse público independentemente de solicitação, a cultura da transparência e o controle social da administração pública (Soares; Jardim; Hermont, 2013, p. 9).

A falta das informações acima citadas inviabiliza a divulgação para a comunidade acadêmica, de maneira que sirva para mostrar-lhes a importância e a relevância dos povos originários, o que, conseqüentemente, beneficia o curso escolhido por ele por receber um novo conceito. No entanto, de acordo com o PET Indígena no ano de 2024, foi informado que existem 324 alunos matriculados no curso de Secretariado Executivo Bilíngüe, sendo 44 discentes indígenas. Esse resultado satisfatório, que contribui para que seja utilizado de forma coerente em uma comunidade diferente da qual o curso tem costume de atuar, e que se adequa facilmente ao formato de ensino nas atividades desenvolvidas. Atuando em um cerimonial de uma palestra indígena, em uma organização de um evento de artesanatos, ou entre variadas demandas, são encontrados os ensinamentos que um formando de secretariado exerce. Toda essa procura por informações se encaixa em uma pesquisa, uma vez que:

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (Gil, 2002, p. 17).

Toda pesquisa é útil quando é perceptível a falta de respostas para perguntas que nem mesmo foram feitas, o que problematiza ainda mais o assunto, pois, se algo não havia sido questionado, provavelmente, nunca havia sido notado, o que, conseqüentemente, revela a necessidade de um olhar mais atento sobre certas atividades que não contemplam a todos. Portanto, a partir desse desejo de dar visibilidade para o grupo acadêmico indígena, a pesquisa iniciada rendeu bons frutos, contribuindo para o ambiente acadêmico, proporcionando a atuação secretarial.

3 METODOLOGIA

Com o intuito de analisar os dados e números de porcentagem, para descrever de uma forma concisa, o presente trabalho irá utilizar a metodologia quantitativa, sendo um levantamento de estudo de campo descritiva, que de acordo com Gil (2002), é necessário a interrogação direta com o grupo de pessoas que será estudado, que neste caso são os discentes

indígenas, para que seja retirado os dados de forma numérica para se chegar ao resultado desejado, que, no caso, é o quantitativo do que está sendo investigado.

Visto que possivelmente serão levantadas algumas hipóteses acerca dos resultados é importante compreendermos que isso é algo comum, visto que uma pesquisa descritiva também faz parte da pesquisa quantitativa. Portanto para que seja possível compreender o que isso significa, lemos que:

A pesquisa descritiva tem como missão fornecer uma visão clara do estado atual de uma variável específica. Assim, nossos projetos são meticulosamente planejados para oferecer informações detalhadas e sistemáticas sobre fenômenos particulares. Nesse tipo de pesquisa, não partimos necessariamente de uma hipótese pré-concebida. Entretanto, após coletarmos os dados, é possível desenvolvermos uma hipótese para análise. É durante a análise e a síntese dos dados que testamos essa hipótese (Ortega, 2005, s/p).

3.1 Coleta e Análise de Dados

Foi realizada na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV. Sendo coletados apenas os dados dos discentes indígenas do curso de Secretariado.

Nesta pesquisa, utilizou-se a coleta de dados, que, segundo Gil (1991), consiste em:

[...] e) Amostragem por cotas. Este tipo de amostragem é muito utilizado em pesquisas eleitorais e de mercado, tendo como principal vantagem o seu baixo custo. De modo geral, é desenvolvida em três fases: i) classificação da população em função de propriedades tidas como relevantes para o fenômeno a ser estudado; ii) determinação da proporção da população a ser colocada em cada classe com base na constituição conhecida ou presumida da população; e iii) fixação de cotas para cada entrevistador encarregado de selecionar elementos da população a ser pesquisada de modo tal que a amostra total seja composta em observância à proporção das classes consideradas (Gil, 1991, p. 62).

Uma vez tendo sido definido que os discentes indígenas do curso seriam o público-alvo da pesquisa, por se tratar de um público menor diante da classe predominante, os não indígenas. Esse método é o mais indicado, visto que temos a classificação por cotas dos discentes, mesmo que esse número não seja apenas no curso em questão. A forma mais viável encontrada para esta pesquisa foi o formulário, visto que:

Quase todas as recomendações feitas com relação à elaboração do questionário valem, igualmente, para o formulário. Há que se considerar, todavia, que, na aplicação deste, o pesquisador está presente e é ele que registra as respostas. Da mesma forma, os cuidados a serem tomados na condução da entrevista devem ser observados na aplicação do formulário. Ao fazer as perguntas, o pesquisador deve, ainda, ter a preocupação de formulá-las exatamente como se encontram redigidas. Caso uma pergunta não seja entendida, o melhor é repeti-la, evitando as explicações pessoais (Gil, 1991, p. 58).

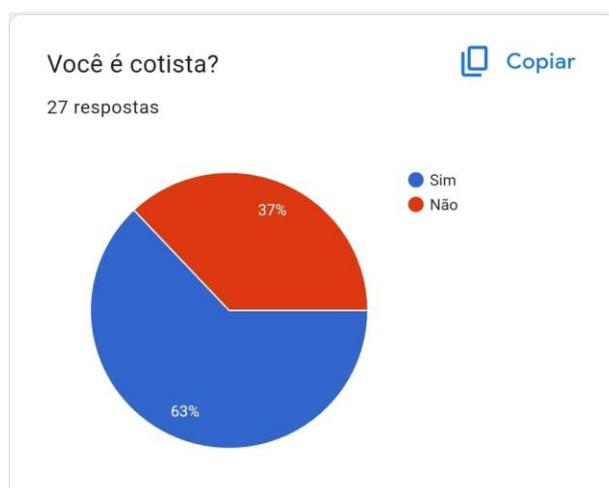
Foram realizadas seis perguntas, sendo duas delas abertas para justificativas, para que o público pudesse se aprofundar mais, contando seu ponto de vista de forma individual, para a melhor obtenção de resultado da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentando os resultados da pesquisa empírica³ que foi a quantitativa, após as análises que foram feitas de forma minuciosa, foram encontrados dois grupos de participantes, um que enxerga pontos negativos no acolhimento e demais demandas do curso, e outro que traz pontos positivos

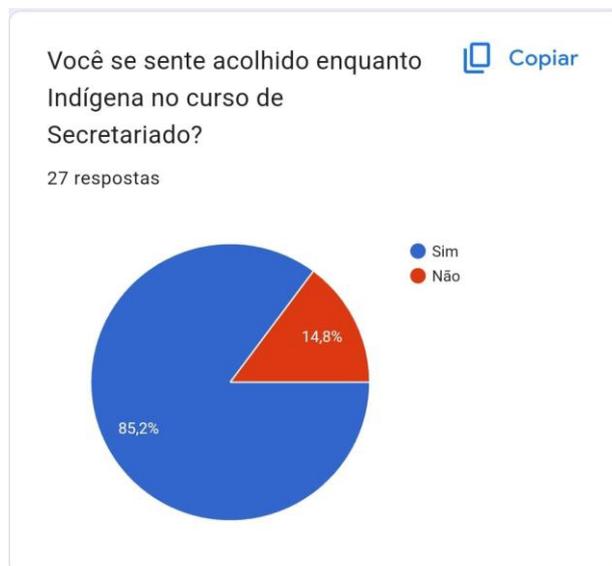
Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, analisaremos os seguintes gráficos que contém as respostas dos discentes que se disponibilizaram a responder o questionário em questão, visto que foram obtidas 27 respostas, depois de uma abordagem presencial e remota, de forma explicativa.

A primeira pergunta feita através do formulário, referente a etnia dos participantes conteve 100% das respostas voltadas para a etnia potiguara.

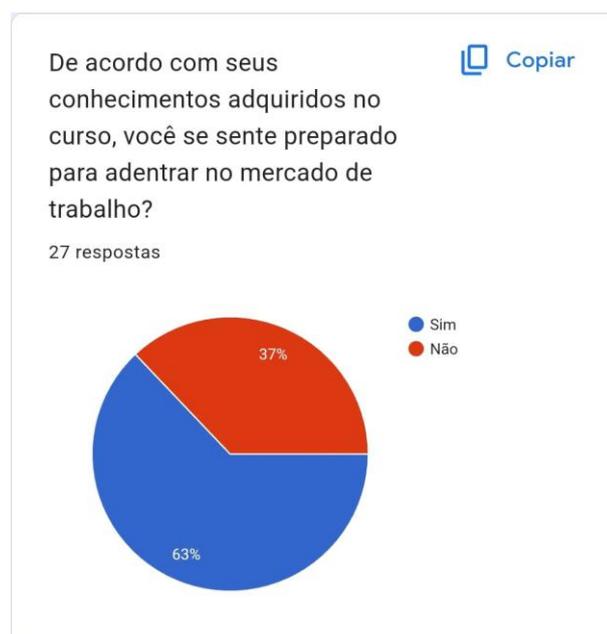


³ A pesquisa empírica, diferentemente da teórica, produz e analisa dados realísticos, de modo factual.

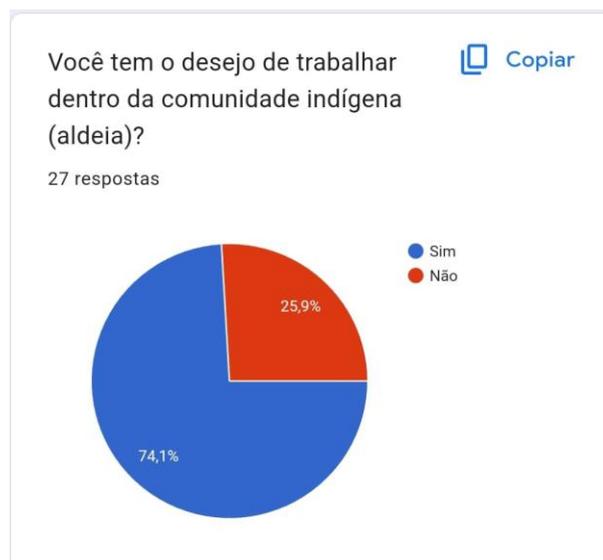
Foram levantadas algumas hipóteses acerca dessas informações. Sendo elas; falta de informação sobre as cotas; dificuldade em conseguir o documento comprobatório de pertencimento étnico, ou falta de interesse por cotas, pelos participantes.



Provavelmente esses poucos discentes indígenas que não se sentiram acolhidos, desejam serem vistos e lembrados além dos eventos culturais realizados poucas vezes ao ano pela universidade, e serem representados através do próprio curso de secretariado.



Possivelmente aqueles que não se sentem preparados ainda não se encontraram no curso. Não sabendo em qual área querem atuar, em qual lugar devem trabalhar, sentem receios por motivos pessoais, ou apenas estão no início do curso e ainda não pararam para pensar sobre isso.



Infelizmente, de acordo com algumas respostas, algumas aldeias não possuem vaga de emprego voltada para a área de secretariado, o que consequentemente tira a responsabilidade do curso, sendo colocada na própria comunidade (aldeia). Por outro lado, é normal que alguns discentes queiram ir em busca de novos lugares, para descobrir coisas novas, o que também pode ser uma opção de alguns discentes indígenas que votaram que não desejam trabalhar em uma aldeia.



Essa área da docência voltada para a área secretarial foi interpretada da seguinte forma; os discentes que se identificam com a área, pretendem fazer um mestrado com o intuito de dar aulas, visto que o curso em si não pertence a docência. O empreendedorismo pode ser aplicado dentro ou fora da aldeia, através de diferentes formas e a consultoria também.

As perguntas abordadas visavam tentar compreender de uma forma mais ampla sobre como os discentes indígenas do curso de secretariado se sentem com relação ao ambiente acadêmico que frequentam e quais os possíveis planos futuros profissionais, como uma forma de melhor leitura sobre cada discente.

4.1 Características dos participantes

Como explicado anteriormente, ao aplicar o questionário duas perguntas ficaram em aberto para serem justificadas, sendo elas: você se sente acolhido enquanto indígena no curso de secretariado? E a segunda pergunta foi: você tem o desejo de trabalhar dentro da comunidade indígena (aldeia)?

Sobre a primeira pergunta, obtiveram-se 23 respostas positivas, sendo elas: “sim”, “me sinto totalmente respeitada e valorizada”, “nunca sofri nenhum preconceito no curso, então ta tranquilo”, “sim, nunca sofri qualquer tipo de preconceito ou qualquer coisa do tipo que possa desmerecer minha etnia indígena”, “me sinto bem no curso”, “pelo pouco tempo de curso, percebo que a coordenação está sempre disposta a acolher o aluno, independentemente de ser indígena ou não. Dessa forma, me sinto segura”, “sim, porém poderia haver uma maior visibilidade em prol do nosso povo, como a realização de eventos sobre os povos indígenas”, “não tenho o que justificar”, “Por nossa cultura ser respeitada e muitas vezes usada como exemplo”, “No meu ponto de vista, não há do que reclamar sobre o acolhimento que o curso oferece para os estudantes indígenas”, “Eu me sinto muito bem com todo o acolhimento que a UFPB me passa. Além de me proporcionar novas oportunidades e me preparar para o mundo de negócios e empregos”, “O curso abrange uma grande diversidade cultural e dentre essa diversidade eu me sinto acolhido”, “O acolhimento é essencial”, “Sim”, “Sim, eu me sinto muito acolhida, pois vejo o respeito dentro da sala de aula comigo e meus amigos indígenas”, “Sim, porque todos os discentes e docentes me tratam com muita educação e respeito”, “Sim, me sinto muito acolhida”, “Nunca sofri nenhum tipo de preconceito”, “Sim, pois é um curso abrangente no assunto”, “sim” “Sim, eu me sinto muito acolhida nessa área” “Porém o curso de secretariado executivo bilíngue poderia acolher mais estudantes indígenas, proporcionando-lhes habilidades linguísticas valiosas que lhes permitirão preservar e promover suas línguas e culturas, dentro de um contexto profissional e globalizado”.

Na sequência, obtiveram-se 4 respostas negativas, sendo elas: “Não teve ações de acolhimento a esse público em específico”, “Não há nada específico para nossa etnia”, “pois

ainda não vi diferença, atendidos todos iguais”, “Não muito, pois exclusivamente no campus, a gente não ver muita valorização”.

Essas respostas obtidas refletem a insatisfação de alguns discentes indígenas, mostrando que eles analisam e esperam por melhorias, uma vez que é necessário que todos se sintam acolhidos, e não só alguns.

Sobre a segunda pergunta, obteve-se 20 respostas positivas, acerca do desejo dos discentes de trabalharem nas suas aldeias, após ou até mesmo durante a formação acadêmica, sendo elas: “Sim”, “sim”, “Sim... Pois sinto que a comunidade não tem conhecimento desse excelente curso”, “Já trabalho na aldeia”, “Sim, tenho interesse em trabalhar em prol de minha aldeia”, “Sim pois estou dando o meu melhor para conquistar mais conhecimento na área e poder trabalhar na minha comunidade com formação de qualidade”, “Já trabalho, e sou bem vista por ser indígena”, “Porquê gostaria de usar minhas atribuições adquiridas na graduação, para poder contribuir positivamente para o meu povo potiguara”, “Sempre tive o desejo de atuar em áreas indígenas. Pois quero ter o maior conhecimento em vários lugares e áreas indígenas”, “Desejo encontrar alguma maneira de utilizar os conhecimentos adquiridos durante o curso para auxiliar no desenvolvimento da aldeia em que vivo”, “Dar o retorno necessário ao povo”, “Pois sou indígena potiguara seria o maior prazer trabalhar na área indígena”, “Porque sempre quis trabalhar na área indígena”, “Sim, porque é uma área que abrange muitas coisas”, “Sim, pois acredito que terei mais oportunidades”, “Sim”, “Trabalhar como secretária executiva dentro das comunidades indígenas potiguara é crucial para a facilitar a comunicação entre os membros da comunidade, organizações externas e governamentais. Além disso, ao desempenhar esse papel, eu poderia ajudar a promover o desenvolvimento sustentável, preservando a cultura e os valores tradicionais, e garantir que as necessidades e preocupações da comunidade sejam adequadamente representadas e atendidas”, “sim” “sim” “pois sou indígena, estou iniciando na faculdade e não estou preparada ainda para um trabalho”.

Posteriormente obtiveram-se 7 respostas negativas, sendo elas: “Não pretendo trabalhar em minha aldeia porque ainda é um lugar de pequenas oportunidades principalmente na área que quero seguir”, “Não tem oportunidade de crescimento”, “Não há cargo para o nosso curso”, “Meu desejo é trabalhar em João Pessoa”, “não tem muita oportunidade em comunidade indígena”, “Não tem oportunidade para essa profissão”, “Porque ainda a profissão de secretariado ainda é um pouco desvalorizada”.

Sendo assim, o questionário foi concluído com essa pergunta obtendo vinte e sete (27) respostas.

Dessa forma, ficou perceptível a confiança e o desejo que alguns discentes têm com relação ao seu local de trabalho, frisando principalmente o desejo de levar adiante a sua cultura. Por outro lado, também é fácil observar a desvalorização que alguns discentes sentem com relação ao curso nas suas respectivas aldeias, o que conseqüentemente desfavorece o curso, uma vez que em algumas aldeias não se tem oportunidade de emprego nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa utilizou procedimentos metodológicos, para que fosse possível enxergar cada opinião pessoal dos colaboradores de uma forma que contribuísse para o curso de secretariado, pois independente das respostas obtidas, é possível que os responsáveis pelo curso, caso queiram, possam analisar os impactos positivos e negativos aqui identificados, deixando em evidência os pontos negativos que vão além do curso de secretariado, vindo desde a dificuldade enfrentada por muitos para conseguirem adentrar na universidade por causa do preconceito, até ao sentimento de desamparo vivenciado por alguns.

Algumas perguntas não foram aprofundadas, visto que o foco principal era obter informações que conseguissem repassar os desejos profissionais dos participantes e em como o curso de secretariado tem impactado.

Sendo assim, concluímos que felizmente poucos discentes não se sentem acolhidos no curso, o que se torna um ponto positivo. Também foi possível identificar que alguns não entraram por cotas, o que mais uma vez reforça que são irrelevantes os comentários negativos que algumas pessoas que são contra as cotas fazem sobre elas, uma vez que muitos entraram no curso de secretariado mediante ampla concorrência, mostrando que com ou sem cotas, o indígena consegue e pode adentrar em uma universidade.

Portanto, mesmo que alguns discentes ainda não se sintam preparados para o mercado de trabalho, ou não se sintam à vontade para se posicionar, é fundamental pensar que melhorias podem ser feitas, mesmo diante de poucos resultados negativos, para que seja possível uma maior satisfação de todos os discentes indígenas presentes no curso, para uma melhor inclusão, e posteriormente valorização deles, seja mediante de palestras, eventos culturais ou demais atividades.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Fernando L. O.; BRAND, Antônio J. **A inserção de indígenas no ensino superior público: o que dizem esses sujeitos?** Campo Grande. 2012. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/14.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

BANIWA, Gersem J. dos S. L. A Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Forum**, Cadernos do Pensamento Crítico Latino-Americano, 2013. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/XXXVcadernopensamentocritico.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BARCELLOS, Lusival A.; SOLLER, Juan. **Paraíba Potiguara**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

BERGAMASCHI, Maria A.; DOEBBER, Michele B.; BRITO, Patrícia O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 37-53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dx8gDkg34fWLQw7DvCbjhyz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 26, de 04 de fev. de 1991**. Dispõe sobre a educação indígena no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0026.htm. Acesso em: 01 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Bolsa Permanência**. Brasília, 2013. Disponível em: http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

CABRAL, Umberlândia; GOMES, Irene. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. **Agência IBGE Notícias**, 07 de ago. de 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 04 de jan. 2024.

FALCÃO, Emmanuel S. F. **Grafismo e discurso identitário indígena potiguara da Paraíba no século XXI**. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26169?locale=pt_BR. Acesso em: 02 out. 2023.

FELIX, Iranilza C. G. **A alteridade e a espiritualidade dos universitários potiguara da Paraíba**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) – Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19738?locale=pt_BR. Acesso em: 21 abr. 2024.

GARLET, Marinez; GUIMARÃES, Gleny; BELLINI, Maria I. B. Cotas para estudantes indígenas: inclusão universitária ou exclusão escolar? **Educação**, v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5208>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARNIERI, Fernanda V.; MELO-SILVA, Lucy L. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, São Paulo, 2016.

NONATO JÚNIOR, Raimundo N. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a Fundação das Ciências da Assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2009.

BANIWA Luciano Gersem dos Santos (Gersem Baniwa). **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154565>. Acesso em: 21 abr. 2024.

ORTEGA, Cristina. 4 tipos de pesquisa quantitativa. **QuestionPro**, 2005. Disponível em: <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/tipos-de-pesquisa-quantitativa>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

PEREIRA, Arliene S. M.; SOUSA, Ana C. B.; FIALHO, Lia M. F. Helena Potiguara: biografia da educadora indígena (1954-2009). **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. esp. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15288>. Acesso em: 02 out. 2023.

SOARES, F. de M.; JARDIM, T. D. M.; HERMONT, Thiago B. V. Acesso à informação pública: uma leitura da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Senado Federal**, Brasília, 2013, p. 9. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496325>. Acesso em: 11 de jan. 2024.

Emitido em 09/05/2024

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 07/2024 - CCAE - CSEB (11.01.27.16)
(Nº do Documento: 59)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 16:47)
SIDNEY FABIO DA NOBREGA MEDEIROS JUNIOR
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1184549

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
59, ano: **2024**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:
03/07/2024 e o código de verificação: **7f127056db**